

PROJETO DE LEI Nº , DE 2008
(Do Sr. Dr. Nechar)

Obriga a divulgação do número de
telefone de contato dos postos da Polícia
Rodoviária Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga a divulgação do número de
telefone de contato dos postos da Polícia Rodoviária Federal.

Art. 2º O número de telefone de contato do posto da
Polícia Rodoviária Federal com jurisdição sobre determinado trecho de rodovia
deverá ser divulgado em local e tamanho de fácil visualização na sede do
respectivo posto, bem como em placas de sinalização distribuídas ao longo do
referido trecho rodoviário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias
após a data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O número de mortos e feridos em acidentes de trânsito no
Brasil é assustador. A cada ano perdemos milhares de vidas nas rodovias e
ruas das nossas cidades em consequência desses desastres. Muitos poderiam
ter sido salvos se o socorro chegasse a tempo de oferecer-lhes o primeiro

atendimento. Esse socorro chega às vezes tardiamente porque as pessoas não têm conhecimento do número de telefone de emergência da Polícia Rodoviária Federal com jurisdição sob a via onde ocorreu o acidente.

Iniciativas simples, mas bem objetivas e baratas, podem ser quase que imediatamente implementadas principalmente em relação às rodovias federais, bastando, para isso, divulgar números de telefone dos postos da polícia rodoviária, para que possam ser acionados em situações de emergência. Ao longo do tempo, os motoristas em geral começarão a incluir essa preciosa informação em seus celulares, que poderão ser de grande valia durante as viagens em situações diversas, principalmente, nos casos de acidentes de trânsito, ou mesmo, de defeitos mecânicos dos veículos.

O tempo de espera para um acidentado pode ser a diferença entre a vida e a morte. O que pode mudar, nesses casos, é a rapidez de comunicação entre os primeiros voluntários e a Polícia Rodoviária Federal ou paramédicos mais próximos do desastre. Essas informações devem ser naturalmente disponíveis ao longo das estradas para um atendimento eficiente que, em certos casos, é fundamental para salvar a vida dos feridos.

Este projeto de lei nos parece ser uma exigência elementar, de fácil aplicação nacional, mas de fundamental importância. Sendo aprovado, pode se constituir um modelo a ser adotado em Estados e Municípios. Esta medida deve ser posta em prática com urgência, como forma de reduzir ainda mais a estatística de vítimas de acidentes que causam prejuízos ao País.

Pelas razões expostas, solicitamos aos nobres Parlamentares apoio necessário para a aprovação desse projeto de lei.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 2008.

Deputado Dr. NECHAR